



## Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá Estado do Espírito Santo

"A tutela antecipatória pode ser concedida no curso do processo de conhecimento, constituindo verdadeira arma contra os males que podem ser acarretados pelo tempo do processo, sendo viável não apenas para evitar um dano irreparável ou de difícil reparação (art. 273, I, CPC), mas também para que o tempo do processo seja distribuído entre as partes litigantes na proporção da evidência do direito do autor e da fragilidade da defesa do réu (art. 273), II e § 6º, CPC. Em última análise, é correto dizer que a técnica antecipatória visa apenas a distribuir o ônus do processo. É preciso que os operadores do direito compreendam a importância do novo instituto e o usem de forma adequada. Não há motivos para timidez no seu uso, pois o remédio surgiu para eliminar um mal que já está instalado, uma vez, que o tempo do processo sempre prejudicou o autor que tem razão. É necessário que o juiz compreenda que não pode haver efetividade sem riscos. A tutela antecipatória permite perceber que não é só a ação (o agir, a antecipação) que pode causar prejuízo, mas também a omissão. O juiz que se omite é tão noviço quanto o juiz que julga mal. Prudência e equilíbrio não se confundem com medo, e a lentidão da justiça exige que o juiz deixe de lado o comodismo do antigo procedimento ordinário de um novo juiz, de um juiz que trata dos "novos direitos" e que também tem responsabilidade social - que as novas situações carente de tutela não podem, em casos não raros, suportar o mesmo tempo que era gasto para a realização dos direitos de sessenta anos atrás, época em que foi publicada a célebre obra de CALAMANDREI, sistematizando as providências cautelares."

### 3.0 – DO PEDIDO:

À vista do exposto, requer:

A citação da empresa requerida, por via postal, no endereço mencionado, para contestar querendo, os termos da presente ação, acompanhando-a até final decisão, quando a presente haverá de ser julgada como procedente, para o fim de condenar a mesma/requerida a restituir o valor principal de R\$1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais) acrescidas de juros de mora, atualização monetária desde o recebimento dos valores indevidos que se deu na data de 08/03/2010, além da indenização pelos danos morais.

*Sigmar Miertschink*  
Contador da Câmara  
CRC-ES 4972/O-7 - Mat. 002/90

*Rosa Elena Kraus*  
Advogada da Câmara  
OAB 7799 - Mat. 003/99

Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá ES  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico e dou fé que esta fotocópia é reprodução fiel do original  
Santa Maria de Jetibá ES 22/01/2013  
Secretária (a)